

*Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945*. Adriano Luiz Duarte. Florianópolis, Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

**João Tristan Vargas\***

Durante o Estado Novo, como os pobres se relacionavam com a figura ideal do cidadão-trabalhador-soldado que o governo tentava criar? É o que Adriano Duarte, professor da Universidade Federal de Santa Catarina e doutorando pelo departamento de história da Unicamp, procura responder neste livro. O texto é uma reelaboração de sua dissertação de mestrado apresentada ao departamento de sociologia da USP. O autor (que, apesar de sua pós-graduação em sociologia, é historiador por formação) retrata aspectos fundamentais da vida cotidiana dos trabalhadores na época, utilizando um material até então virgem nos estudos sobre o período: os processos-crime.

O livro, recheado de casos levados a julgamento, apresenta um cotidiano urbano que, quanto à agrura, em pouco se diferencia daquele de nossos dias: extensas jornadas de trabalho, desemprego, subemprego, más condições de moradia, restritas opções de lazer. As histórias que o autor nos conta – quase sempre brigas entre gente pobre, no bar, num cortiço, na rua, num baile, no campo de futebol – vão aos poucos compondo um quadro ao mesmo tempo estranho e muito familiar. Estranho, devido à distância no tempo; familiar, porque evoca nossa experiência de convívio diário com a miséria e a violência. É a vida das pessoas comuns, cujas práticas e valores (que o autor reconstituiu) não se alteraram fundamentalmente com os projetos disciplinadores e “higienizadores” do Estado Novo. Em alguns dos leitores mais velhos, os relatos trazidos à luz por Duarte talvez mesmo reavivem antigas lembranças de sucessos vividos ou presenciados naqueles tempos ásperos.

---

\* Doutor em História Social pela Unicamp.

Em contínuos relatos de situações de conflito, que levaram a algum tipo de violência, o texto desdobra-se em quatro temas: moradia, trabalho, família e lazer. Partindo quase exclusivamente de relações entre indivíduos, o autor não se restringe porém, a um estudo da vida privada. A relação entre o privado e o público é persistente, às vezes obsessivamente discutida, tendo em vista um contexto em que esta última esfera havia sido submetida a um duro controle estatal.

Na pesquisa feita pelo autor, o cotidiano dos pobres mostrou um universo tão multifacetado quanto conflituoso, a que não faltavam disputas por “territórios” entre grupos de moradores ou rivalidades étnicas. Constatar que os trabalhadores agiam menos como *classe* que como participantes de grupos diversos e muitas vezes opostos entre si não é provavelmente o melhor quadro que gostaria de apresentar um thompsoniano como Duarte, que busca, no âmbito operário, identidades coletivas, expressas em valores compartilhados. Porém, neste trabalho que, apesar de inicial, já mostra a sua maturidade como historiador, o autor procura manter-se fiel à diretriz primeira do ofício, que é a de elaborar sua representação das ações humanas por meio da crítica das representações daqueles que as viveram, sem excluir evidências que contrariem suas expectativas.

Neste livro, a imagem de um Estado capaz de moldar comportamentos e imprimir fortemente sua marca sobre as consciências individuais e a sensibilidade coletiva é reduzida ao nível de um projeto não realizado. A abordagem metodológica de Duarte filia-se à historiografia mais recente, iniciada nos anos 80, que buscou evadir-se de esquemas explicativos generalizantes. Colocando-se nessa perspectiva, contrapõe-se à idéia tradicional de que a uma exclusão dos trabalhadores durante a Primeira República teria sucedido sua incorporação – de maneira autoritária – durante a era Vargas. A exclusão é a outra face da inclusão, já que esta é seletiva: há critérios para o indivíduo ingressar na esfera da cidadania estadonovista. Aí não têm lugar os que não trabalham ou não têm carteira assinada, os de comportamento considerado anti-social ou contrário aos valores apregoados pelo governo, os *loucos* etc. O próprio título do livro já indica essa concepção: *Cidadania e exclusão*. No

texto, não se propõe apenas dar voz aos *excluídos* e sim mostrar que a inclusão era *ao mesmo tempo* uma exclusão. É com a totalidade e não apenas com o particular, o desviante ou o excepcional que Duarte lida.

O autor não pôde examinar ações coletivas enquanto trabalhou com o material situado cronologicamente no período compreendido pela ditadura Vargas, em parte devido a seu pequeno número (sabe-se que algumas greves ocorreram nesse tempo) e reduzida visibilidade até o início da chamada redemocratização, em parte devido à opção documental, que impôs o estudo quase exclusivo dos casos de conflitos entre indivíduos. Por isso, não pôde falar em comportamento de *classe*. Contudo, o autor identifica, ao longo dos diversos casos estudados, um conjunto de valores compartilhados pelos trabalhadores, que dizem respeito a limites morais à exploração, solidariedade no trabalho, casamento e família, relações de vizinhança e atitudes em situações de lazer, os quais não deixam de compor um padrão de comportamento – não *coletivo*, porque as ações retratadas são, quase sempre, individuais – mas *geral*, este qualificativo abrangendo o âmbito dos pobres, dos trabalhadores.

Duarte mostra que esses valores não eram necessariamente opostos aos que os representantes do Estado Novo procuravam impor. De um lado, aqueles que se viam frente à autoridade policial ou judiciária os endossavam, como meio de evitar maiores dissabores, mas, em regra, os negavam nas atitudes cotidianas, quando tais valores se referiam ao padrão de comportamento frente ao trabalho e ao lazer. De outro, mostravam, muitas vezes, compartilhar de concepções que não destoavam do discurso oficial, quando se tratava de encarar, no dia-a-dia, situações envolvendo relações de família, amor e sexo.

O padrão de comportamento dos trabalhadores observado por Duarte em seu estudo da época do Estado Novo obviamente não se inicia nem termina com este. O que o autor se propõe é a compreender como, nas condições específicas vividas na época, os pobres relacionavam seus valores – que evidentemente não nasceram no dia do golpe – com aqueles que o governo buscava introjetar-lhes. Embora o título do livro indique um recorte cronológico preciso – “1937-1945” – a pesquisa não se limitou a ele, apresentando também casos situados antes e depois desse período.

Sem a restrição temporal, um episódio envolvendo ação coletiva pôde ser focalizado. Trata-se de um caso ocorrido depois do fim do Estado Novo. Os valores que o autor mostra terem sido compartilhados pelos pobres naqueles anos de chumbo puderam ser notados nesse movimento de rebeldia, que se deu em 1947. No Brás, durante a festa de inauguração de um curso de alfabetização, feirantes sitiaram o seletivo grupo de convidados (que incluía autoridades e colunáveis em geral), exigindo a libertação de um colega preso ali dentro por ter apalpado as nádegas de uma professora. Objetos de alcance imediato à mão, como cascas, pedras e caroços, foram profusamente utilizados como projéteis lançados ao local. O episódio, contado com saborosa ironia e enfoque cinematográfico, fecha emblematicamente o livro, como síntese da oposição entre intenções “civilizatórias” oficiais e cultura popular resistente.

O texto não é explícito quanto às razões daquele extravasamento dos limites cronológicos – talvez pela sua própria obviedade. Essa explicitação, porém, é feita num particular. Ao comentar as práticas das mulheres em suas uniões conjugais, as quais apresenta como muito distantes do modelo familiar “oficial” (marido e mulher legalmente casados, com seus filhos legítimos), Duarte faz notar sua semelhança com padrões de comportamento observados no início do século.

Quanto a suas considerações nesse terreno, cabe ainda registrar um problema: o autor lança a hipótese de que as uniões eram, para a mulher *pobre*, basicamente uma estratégia de sobrevivência, podendo ser desfeitas com a melhora de sua situação econômica. Isso provavelmente ocorreu, numa certa escala. Os casos apresentados no livro são bastante indicativos disto. Contudo, parece-me um tanto apressado generalizar esse padrão de atitude para o conjunto da população feminina *pobre*, mesmo como hipótese, sem maiores evidências estatísticas.

Algo que não foi explicitado no livro, mas se conclui de sua leitura e é mesmo afirmado pelo autor quando seu texto é objeto de debate, é sua visão a respeito da violência popular. Esta só ocorreria em último caso, quando todas as possibilidades de resolver de forma pacífica um determinado con-

flito já tivessem sido esgotadas. A violência só explodiria depois que todos os limites considerados toleráveis para a exploração já tivessem sido ultrapassados.

Ler *Cidadania e exclusão* é – não há como dizer de outra maneira – mergulhar em águas profundas. A metáfora natural pára por aqui. As cenas que o autor apresenta trazem ação humana, de gente sofrida, vivendo momentos duros; às vezes, desesperados; engraçados, ainda, em alguns casos. O livro é leitura obrigatória.

